



Município de Leiria  
Câmara Municipal

**DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2023/10/03**

**Unidade Orgânica responsável pela deliberação | GABINETE DE APOIO PRESIDENCIA**

**Epígrafe |** Informação económica e financeira semestral prestada pelo auditor externo

**Proposta |** Presente a informação económica e financeira do Município de Leiria, referente ao 1.º semestre de 2023, prestada pelo auditor externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual [Anexo- Município Leiria (Informação 1.º S\_2023)].

**Deliberação |** A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação económica e financeira do Município de Leiria, referente ao 1.º semestre de 2023, prestada pelo auditor externo, **deliberou por unanimidade:**

- a) Remeter a referida informação à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;
- b) Solicitar à Assembleia Municipal que aprove a presente deliberação em minuta, para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.

*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GREINHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MÁRIA BALBINA CRAVO  
PEDRO CORREIA PROENÇA  
MANUELA GUERRA OLIVEIRA  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Exm<sup>os</sup>. Senhores

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA

## INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1.º SEMESTRE DE 2023 -

### INTRODUÇÃO

Para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira com referência ao primeiro semestre de 2023 do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** (*Município*).

Como o *Município* não está obrigado a elaborar e a apresentar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), os trabalhos realizados tiveram como suporte o Balancete Analítico Acumulado a 30 junho, assim como os mapas de execução orçamental por ele preparados.

### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do *Município*:

- a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade.

### RESPONSABILIDADES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A nossa responsabilidade consiste em emitir a informação sobre a situação económica e financeira, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

## ÂMBITO

Os procedimentos executados, não constituem uma auditoria nem um exame simplificado feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ou Normas Internacionais de Exame Simplificado, e consequentemente, não será expressa uma opinião com segurança aceitável ou moderada.

Ainda assim, os trabalhos executados foram efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

## TRABALHO EFETUADO

No decurso do nosso trabalho efetuámos, com base em critérios de amostragem, diversos procedimentos e verificações ao controlo interno e à informação financeira que nos foi disponibilizada, nos quais destacamos:

- A. Análise económica e financeira (Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira– análise de contas de resultados, de balanço e de rácios;
- B. Execução Orçamental (Verificação e análise dos valores orçamentados com os valores executados);
  - Despesa
  - Receita
  - Equilíbrio orçamental
  - Indicadores orçamentais
  - Plano plurianual de investimentos
- C. Nível de endividamento;
- D. Contratação pública
- E. Sistema de Controlo Interno
- F. Contabilidade de gestão
- G. Acompanhamento das situações evidenciadas na certificação legal das contas de 2022; e
- H. Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado.

O trabalho consistiu, entre outros, em indagações e procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações não usuais de maior significado.



Em consequência do trabalho efetuado, emitimos a presente informação:

## A. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### A.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

Gastos e Rendimentos	30/06/2023		30/06/2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Gastos</b>						
Transferências e subsídios concedidos	8 434 504	18,86%	4 605 705	11,15%	3 828 799	83,13%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	211 575	0,47%	298 129	0,72%	-86 554	-29,03%
Fornecimento e serviços externos	14 278 952	31,92%	15 305 070	37,06%	-1 026 118	-6,70%
Gastos com pessoal	11 996 523	26,82%	11 052 019	26,76%	944 505	8,55%
Gastos de depreciação e de amortização	8 919 151	19,94%	8 589 115	20,80%	330 036	3,84%
Perdas por imparidade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Provisões do período	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros gastos	721 617	1,61%	1 145 188	2,77%	-423 571	-36,99%
Gastos por juros e outros encargos	169 239	0,38%	301 594	0,73%	-132 354	-43,88%
<b>TOTAL</b>	<b>44 731 561</b>	<b>100,00%</b>	<b>41 296 819</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 434 742</b>	<b>8,32%</b>
<b>Rendimentos</b>						
Impostos, contribuições e taxas	10 677 480	36,64%	7 529 512	26,43%	3 147 968	41,81%
Vendas	10 854	0,04%	9 232	0,03%	1 622	17,57%
Prestações de serviços e concessões	3 265 308	11,20%	2 409 237	8,46%	856 071	35,53%
Variações nos inventários da produção	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	12 908 478	44,30%	15 619 086	54,82%	-2 710 608	-17,35%
Reversões	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros rendimentos	2 045 650	7,02%	2 922 249	10,26%	-876 599	-30,00%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	233 952	0,80%	4 541	0,02%	229 411	5051,90%
<b>TOTAL</b>	<b>29 141 721</b>	<b>100,00%</b>	<b>28 493 856</b>	<b>100,00%</b>	<b>647 865</b>	<b>2,27%</b>

Os gastos e rendimentos acima referidos devem ser analisados considerando os efeitos que poderão existir tendo em conta que não resultam de um processo integral de fecho de contas intercalares, como já referido na Introdução desta informação. De referir que o princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo) não foi aplicado na totalidade na informação constante do Balancete que serviu de base a este trabalho, pelo que a análise dos gastos e rendimentos registados no primeiro semestre deve ter esse facto em conta.

Da análise efetuada aos gastos relativa ao primeiro semestre de 2023, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso são *Fornecimento e serviços externos* (31,92%) e *Gastos com pessoal* (26,82%).
- A variação na rubrica de *Fornecimento e serviços externos* está relacionada com o facto de os Serviços terem alterado a classificação dos subsídios/transferências concedidos "Acordos de Colaboração" (da educação e ação social escolar, no pré-escolar e 1º ciclo do ensino Básico) em 2023 na rubrica *Transferências e subsídios concedidos*, ou seja, ambas as rubricas não são comparáveis a junho de 2022 e junho de 2023. No entanto, é de destacar o aumento generalizado de preços [decorrentes do aumento dos custos de energia, inflação, aumento salarial (com impactos nas refeições escolares, limpeza, segurança, publicidade, subcontratos)] e o aumento de subcontratação de serviços, para os quais o *Município* não tem capacidade interna para satisfazer.
- A variação ocorrida na rubrica *Outros gastos*, face ao período homologo, deve-se fundamentalmente ao facto de a junho de 2022 existirem alienações e abates de valores substanciais, fato não ocorrido a junho de 2023.
- O aumento na rubrica *Gastos com pessoal*, deve-se fundamentalmente ao seguinte: atualização salarial prevista no OE2023, Lei n.º24-D/2022 de 30 de dezembro; atualização salarial intercalar do valor das remunerações da Administração Pública, Decreto-Lei n.º 26-B/2023 de 18 de abril; aumento do subsídio de alimentação, Portaria n.º 107-A/2023 de 18 de abril.

Da análise efetuada aos rendimentos relativos ao primeiro semestre de 2023, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso são *Transferências e subsídios correntes obtidos* (44,30%) e *Impostos, contribuições e taxas* (36,64%).
- Na rubrica *Transferências e subsídios correntes obtidos* verificou-se um decréscimo face ao período homologo, que se refere maioritariamente a:
  - i. Diminuição do valor referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).



- ii. De referir que em igual período de 2022, foi atribuído ao ML (pela Infraestruturas de Portugal) através do acordo de mutação dominial da EN 109 e EN 109-9 (n.º de compromisso 5422000539 e n.º pedido SAP 4900028199), o valor 2.052.000,00 euros (atribuição única).
- O incremento da rubrica *Impostos, contribuições e taxas*, está relacionado com:
  - i. o aumento do “Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis” (IMT), com uma variação de 2.297.426 euros, comparativamente ao período homólogo, que se deve fundamentalmente à intensificação da atividade económica;
  - ii. o aumento do valor das Taxas relacionadas com “Loteamentos e obras”, com uma variação de 476.854 euros, comparativamente ao período homólogo, que se deve essencialmente à intensificação da atividade económica.
- O aumento da rubrica *Prestações de serviços e concessões* prende-se com o seguinte:
  - i. incremento de eventos promovidos pelo ML (maior aposta na publicidade e em novos eventos), relacionados com serviços culturais, desportivos, mercados e feiras;
  - ii. o Município iniciou o processo de descentralização de forma faseada, assumindo todas as competências, com exceção das refeições escolares, as quais apenas iniciaram em setembro de 2022 (correspondente ao início do ano letivo), pelo que este rendimento era inexistente no período homólogo;
- Na rubrica *Outros rendimentos* o decréscimo verificado, deve-se principalmente ao facto de em 2022 terem sido recebidos os valores referentes à renda de concessão da EDP dos 1º e 2º trimestre, e no primeiro semestre de 2023 apenas foi recebido o 1º trimestre.



## A.2. ANALISE DAS CONTAS DE BALANÇO

Descrição	Saldo		Variação	
	30/06/2023	31/12/2022	Δ absoluta	Δ %
Caixa	11 421	503	10 918	2170%
Depósitos à ordem	37 157 983	40 073 988	-2 916 005	-7%
Outros depósitos bancários	2 280 929	2 451 368	-170 439	-7%
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados				
<i>Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	20 145	885 738	-865 593	-98%
<i>Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos</i>	-60 583	-5 071 846	5 011 262	-99%
Clientes, contribuintes e utentes	1 644 128	1 022 334	621 794	61%
Fornecedores	-300 344	-582 800	282 456	-48%
Pessoal	31	0	31	0%
Estado e outros entes públicos	-425 949	207 138	-633 087	-306%
Financiamentos obtidos	-12 061 933	-13 187 687	1 125 755	-9%
Outras contas a receber e a pagar				
<i>Fornecedores de investimentos</i>	-157 943	-60 537	-97 406	161%
<i>Outras contas a receber</i>	16 056 701	31 988 745	-15 932 044	-50%
<i>Outras contas a pagar</i>	-5 540 680	-8 113 605	2 572 925	-32%
Diferimentos				
<i>Gastos a reconhecer</i>	85 120	5 275 786	-5 190 666	-98%
<i>Rendimentos a reconhecer</i>	0	-17 787	17 787	-100%
Provisões	-2 175 347	-2 175 347	0	0%
Mercadorias	2 354	754	1 600	212%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	582 919	581 387	1 531	0%
Produtos e trabalhos em curso	-2 507	0	-2 507	0%
Investimentos financeiros	6 236 236	6 236 236	0	0%
Propriedades de investimento	2 952 469	2 971 972	-19 503	-1%
Ativos fixos tangíveis	342 618 533	347 728 810	-5 110 278	-1%
Ativos intangíveis	380 006	412 691	-32 685	-8%
Investimentos em curso	53 138 946	44 741 691	8 397 255	19%
Capital	-106 646 634	-106 646 634	0	0%
Reservas	-27 457 990	-27 317 521	-140 468	1%
Resultados transitados	-226 077 260	-223 434 359	-2 642 902	1%
Ajustamentos em ativos financeiros	-150 243	-150 243	0	0%
Excedentes de revalorização AFT e AI	-61 791	-61 791	0	0%
Outras variações no património líquido	-97 638 555	-94 949 615	-2 688 940	3%



Da análise efetuada às contas de Balanço, relativas ao primeiro semestre de 2023 face a 31 de dezembro de 2022, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- *Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis*: a variação diz respeito à liquidação de transferências e subsídios que transitaram do ano anterior.
- *Credores por transferências e subsídios concedidos*: no final do exercício são efetuados os movimentos relativos ao apuramento do valor entre os subsídios deliberados e não pagos. No decurso do período em análise, os Serviços procederam à respetiva de regularização.
- *Clientes, contribuintes e utentes*: a variação está relacionada com o aumento do saldo da conta de utentes (loteamento de obras).
- *Estado e outros entes públicos*, inclui:
  - i. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar (excesso a reportar), referente ao mês de junho de 2023;
  - ii. Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde referentes ao mês de junho de 2023 regularizado em julho de 2023;
  - iii. Retenção de impostos sobre rendimentos, referente ao mês de junho de 2023 regularizado em julho de 2023.
- *Financiamentos obtidos*: a variação refere-se às amortizações dos vários financiamentos.
- *Outras contas a receber*: a diminuição resulta das regularizações de acréscimos de rendimentos relativas aos impostos municipais (IMI, Derrama, Participação IRS e outros), efetuadas no período.
- *Diferimentos – gastos a reconhecer*: a variação refere-se à regularização dos gastos registados.
- *Ativos fixos tangíveis*, destacam-se as seguintes aquisições:
  - i. Terrenos e recursos naturais: terreno rústico, denominado de Lameira, Barosa, sito na EN 242, Barosa, inserida no parque Aquapolis de Leiria, no montante de 450.000 euros;
  - ii. Edifícios e outras construções (Habitações e edificações para serviços): prédio urbano destinado ao centro logístico do Município de Leiria, sito em Pousadas, Barosa, inserida no parque Aquapolis de Leiria, no montante de 1.385.000 euros; casa de habitação para alojamento urgente e temporário, composta de r/c e 1.º andar, no âmbito da candidatura PRR - bolsa nacional, no montante de 245.000 euros;



- iii. Equipamento de transporte: viatura de recolha seletiva de resíduos, com caixa, com capacidade de 7m<sup>3</sup> a 8m<sup>3</sup>, no valor de 158.055 euros;
- *Investimentos em curso - Ativos fixos tangíveis*: registo de faturas de empreitadas em curso, destacando as seguintes:
  - i. Construção do Pavilhão e Centro Escolar dos Marrazes, no montante total de 1.163.492 euros;
  - ii. Atualização do projeto de execução: sistema urbano do eixo comercial da Av. Heróis de Angola e envolvente no montante total de 738.599 euros;
  - iii. Construção da unidade de saúde familiar de Parceiros, Azoia e Barosa, no montante total de 710.578 euros;
  - iv. Empreitada para duas salas de espetáculos no edifício do antigo Paço Episcopal, no montante total de 673.189 euros;
  - v. Conservação e manutenção de vias municipais no concelho de Leiria., no montante total de 524.469 euros;
  - vi. Extensão do parque verde da encosta do castelo - atualização do projeto de execução, no montante total 419.033 euros;
  - vii. Construção da unidade de saúde de Bidoeira, no montante total de 404.257 euros;
  - viii. Construção da unidade de saúde de amor - lote 1, no montante total de 360.561 euros;
  - ix. Freguesia de Arrabal, união de freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça, freguesia de Caranguejeira e freguesia de Maceira, no montante total de 355.792 euros;
  - x. Requalificação de diversos arruamentos no concelho de leiria - lote 1 - união das freguesias de monte redondo/carreira, Bajouca e coimbrão, no montante total de 315.536 euros;
  - xi. Implementação de medidas de acalmia de tráfego do tipo lrv em diversos locais do concelho de Leiria, no montante total de 256.647 euros;
  - xii. Centro de artes Villa portela - elaboração de estudos e projetos, no montante total de 239.006 euros;
  - xiii. Troço Coimbrão - praia do Pedrogão, requalificação da E.N. 109-9, no montante total de 236.775 euros.

- *Reservas*: a variação ocorrida está relacionada com a aplicação do Resultado Líquido de 2022.
- *Resultados transitados*: O aumento desta rubrica refere-se maioritariamente à transferência de resultados líquidos de 2022, no montante de 2.668.901 euros.
- *Outras variações no Património Líquido*: a variação resulta fundamentalmente do registo dos subsídios/transferências ao investimento, sendo as de maior relevo: n. °3 do artigo °35 LEI 73/2013 (da DGAL), no montante de 1.138.986 euros; FEDER, no montante de 1.639.553 euros; FEF de capital (da DGAL), no montante de 467.394 euros; Outros (ACSS) no valor de 482.992 euros e ainda do registo da imputação de subsídios e transferências para investimentos para rendimento do período.

### A.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

Indicadores financeiros	30/06/2023	31/12/2022	Variação %
Liquidez geral (Ativo corrente/ Passivo corrente)	9,94	5,90	68,47%
Autonomia financeira (Património Líquido/Ativo)	95%	94%	1,61%
Solvabilidade (Património Líquido/Passivo)	20,98	15,49	35,44%

Da análise ao quadro acima, verifica-se que os rácios da Entidade apresentam uma melhoria, face a 31 de dezembro de 2022.

### B. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A verificação da execução orçamental, reportada a 30 de junho de 2023, está naturalmente condicionada pelo facto de a previsão orçamental ser efetuada numa perspetiva anual. Assim, a análise da execução orçamental deve ter em conta que nem todas as despesas e receitas são lineares ao longo do ano, havendo algumas que se realizam no todo ou em maior parte num ou noutro semestre do ano.

#### B.1. DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 51.028.049 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 37,14%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa						
Código Rubrica Orçamental	Classificações orçamentais detalhadas	Dotações corrigidas	%	Compromissos assumidos	Despesas pagas líquidas de reposições	Grau de Execução
D1	Despesas com o pessoal	27 032 600	19,68%	25 703 224	11 279 818	41,73%
D2	Aquisição de bens e serviços	39 492 424	28,74%	33 203 132	16 899 689	42,79%
D3	Juros e outros encargos	666 150	0,48%	662 388	432 700	64,96%
D4	Transferências correntes	12 995 719	9,46%	10 994 858	6 018 042	46,31%
D5	Outras despesas correntes	2 058 608	1,50%	1 746 085	812 803	39,48%
	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>82 245 500</b>	<b>59,86%</b>	<b>72 309 687</b>	<b>35 443 052</b>	<b>43,09%</b>
D6	Aquisição de bens de capital	40 731 620	29,65%	31 192 885	12 537 802	30,78%
D7	Transferência e subsídios de capital	12 148 486	8,84%	9 454 470	1 921 440	15,82%
D8	Outras despesas de capital	0	0,00%	0	0	0,00%
D9	Despesa com ativos financeiros	50	0,00%	0	0	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	2 268 889	1,65%	2 266 669	1 125 755	49,62%
	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>55 149 045</b>	<b>40,14%</b>	<b>42 914 024</b>	<b>15 584 997</b>	<b>28,26%</b>
	<b>Total</b>	<b>137 394 545</b>	<b>100,00%</b>	<b>115 223 711</b>	<b>51 028 049</b>	<b>37,14%</b>

A análise da despesa deve ter em consideração que o respetivo volume está condicionado pelo nível de execução da receita, pelo que deverá ser ponderada essa situação. A despesa do *Município* será melhor analisada na ótica de gastos, uma vez que o registo da mesma é independente da capacidade de pagamento.

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao primeiro semestre de 2023, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Aquisição de bens e Serviços* (28,74%) e as *Despesas com Pessoal* (19,68%). De referir que a rubrica *Despesas com Pessoal* apresenta uma baixa taxa de execução que se deve ao fato de não terem executado ainda as alterações obrigatórios do posicionamento remuneratório uma vez que se encontra ainda a decorrer o ciclo avaliativo 2021/2022 e pelo facto dos procedimentos de recrutamento dos titulares de cargos de direção ainda estarem em curso.



- As rubricas *Aquisição de bens e serviços*, *Aquisição de bens de capital* e *Transferências e subsídios de capital*, apresentam um grau de execução reduzido, situação esta, que de acordo com os Serviços, está relacionada com a dificuldade sentida por parte dos empreiteiros com a falta de materiais e de mão-de-obra.

De referir ainda que, no primeiro semestre de 2023, as despesas comprometidas totalizavam 115.223.711 euros correspondentes a 83,86% do orçamento de despesa, enquanto que no primeiro semestre de 2022 era de 78,66%.

No que se refere à execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo da Execução Orçamental	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Dotação orçamental não comprometida *	Compromissos a transitar
Total da Despesa Corrente	82 245 500	72 309 687	9 935 813	35 749 715
Total da Despesa de Capital	55 149 045	42 914 024	12 235 021	27 171 062
Total	137 394 545	115 223 711	22 170 834	62 920 777

\*Dotação orçamental não comprometida (diferença entre as Dotações corrigidas e os Compromissos assumidos)

Na sequência da análise ao mapa da execução orçamental da despesa apresentado pelo *Município*, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 30 de junho representa cerca de 54,61% dos compromissos assumidos para o ano em análise.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 22.170.834 euros e representa 16,14% do valor total orçamentado.

## B.2. RECEITA

O montante global da receita executada foi de 88.199.074 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 64,19%. Em resumo apresentamos o seguinte quadro:



Controlo Orçamental da Receita						
Código	Descrição	Previsões corrigidas	%	Receitas Liquidadas	Receitas cobradas líquidas	Grau de Execução
R1	Receita fiscal	36 805 000	26,79%	18 743 375	18 350 049	49,86%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 310 000	3,14%	2 579 374	2 041 841	47,37%
R4	Rendimentos de propriedade	2 804 500	2,04%	1 137 797	1 919 013	68,43%
R5	Transferências e subsídios correntes	34 617 118	25,20%	17 004 402	17 876 017	51,64%
R6	Venda de bens e serviços	7 358 500	5,36%	10 201 555	4 137 746	56,23%
R7	Outras receitas correntes	149 000	0,11%	69 152	143 423	96,26%
	<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>86 044 118</b>	<b>62,63%</b>	<b>49 735 654</b>	<b>44 468 088</b>	<b>51,68%</b>
R8	Venda de bens de investimento	23 000	0,02%	0	0	0,00%
R9	Transferências e subsídios de capital	11 101 262	8,08%	3 732 734	3 732 734	33,62%
R10	Outras receitas de capital	3 000	0,00%	0	0	0,00%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	250 000	0,18%	29 660	27 087	10,83%
R12	Ativos financeiros	2 000	0,00%	0	0	0,00%
	<b>Total das Receitas Capital</b>	<b>11 379 262</b>	<b>8,28%</b>	<b>3 762 394</b>	<b>3 759 821</b>	<b>33,04%</b>
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	39 971 165	29,09%	39 971 165	39 971 165	100,00%
	<b>Total</b>	<b>137 394 545</b>	<b>100,00%</b>	<b>93 469 213</b>	<b>88 199 074</b>	<b>64,19%</b>

Em termos de execução da receita, verifica-se que foram liquidadas no primeiro semestre de 2023, 88.199.074 euros (87.950.936 euros no primeiro semestre de 2022) correspondentes a 64,19% do orçamento de receita (65,72% no primeiro semestre de 2022).

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- As Receitas Correntes registaram um grau de execução de 51,68% (52,00% em 2022), tendo contribuído em particular para o efeito, a rubrica de *Transferências e Subsídios Correntes* (51,64%).
- As Receitas de Capital, registaram, no fim do período em análise, um grau de execução de 33,04% (39,25% em 2022), contribuindo principalmente para isso, a baixa percentagem de execução das *Transferências e subsídios de capital* de 33,62%, relacionada com o grau de execução de obras, em que são vários os fatores que contribuem, sendo de destacar a escassez de alguns bens essenciais à sua execução, bem como a escassez de mão de obra.



### B.3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Execução do Plano Plurianual de Investimentos							
Objetivo	Descrição	Montante previsto	%	Montante previsto para o ano	%	Montante executado no ano	Execução Financeira anual
	<i>Funções gerais</i>						
111	Administração geral	19 389 357	10,46%	8 106 913	14,70%	2 740 302	33,80%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	3 135 555	1,69%	1 646 555	2,99%	289 912	17,61%
	<i>Funções sociais</i>						
211	Ensino não superior	18 783 500	10,14%	4 249 500	7,71%	1 256 590	29,57%
212	Serviços auxiliares de ensino	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
213	Bibliotecas e Arquivo Histórico	375 000	0,20%	73 000	0,13%	13 791	18,89%
221	Serviços individuais de saúde	2 982 800	1,61%	2 028 800	3,68%	1 521 245	74,98%
232	Ação social	3 463 500	1,87%	1 155 500	2,10%	212 950	18,43%
241	Habitação	1 690 926	0,91%	589 926	1,07%	8 963	1,52%
242	Ordenamento do território	7 163 374	3,87%	2 162 303	3,92%	387 382	17,92%
245	Resíduos sólidos	1 122 821	0,61%	450 821	0,82%	126 144	27,98%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	2 790 450	1,51%	1 669 450	3,03%	292 487	17,52%
251	Cultura	9 618 370	5,19%	7 268 370	13,18%	1 661 534	22,86%
252	Desporto, recreio e lazer	4 625 685	2,50%	2 117 000	3,84%	317 818	15,01%
	<i>Funções económicas</i>						
321	Indústria	10 827 774	5,84%	277 774	0,50%	59 551	21,44%
322	Energia	158 000	0,09%	78 000	0,14%	24 918	31,95%
331	Transportes rodoviários	49 184 921	26,55%	11 663 708	21,15%	4 133 088	35,44%
341	Mercados e feiras	614 300	0,33%	370 300	0,67%	63 731	17,21%
342	Turismo	1 373 900	0,74%	341 900	0,62%	158 698	46,42%
351	Parques Logísticos	3 610 000	1,95%	10 000	0,02%	0	0,00%
352	Instrumentos estratégicos	36 800	0,02%	32 800	0,06%	0	0,00%
	<i>Outras funções</i>						
411	Instituições de crédito	10 274 191	5,55%	2 268 889	4,11%	1 125 755	49,62%
421	Administração Autárquica	33 994 087	18,35%	8 555 836	15,51%	1 190 139	13,91%
422	Associações de Municípios	71 500	0,04%	31 500	0,06%	0	0,00%
423	Administração Central	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	<b>Total</b>	<b>185 286 812</b>	<b>100,00%</b>	<b>55 148 845</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 584 997</b>	<b>28,26%</b>

O grau de execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta, em 30 de junho de 2023, uma taxa de 28,26%. Os programas com maior impacto (com valores orçamentados superiores a 1,5 milhões de euros: 111, 121, 211, 221, 242, 246, 251, 252, 331, 411 e 421 que no seu conjunto representam cerca de 93,81% do orçamento do PPI para 2023, (27,92% do PPI global) apresentam uma taxa de execução de 27,05%.



#### B.4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Em termos de valores totais o *Município* apresenta um *Superavit* orçamental geral, conforme quadro seguinte:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Realizado	Grau Exec.
Total das Receitas orçamentais	137 394 544,83	88 199 074,47	64,19%
Total das Despesas orçamentais	137 394 544,83	51 028 049,09	37,14%
Superavit orçamental geral	0,00	37 171 025,38	

Durante o primeiro semestre o *Município* apresenta as seguintes modificações orçamentais:

- Orçamento da despesa: nove alterações orçamentais e uma revisão orçamental;
- Orçamento da receita: uma alteração orçamental e uma revisão orçamental;
- Plano de atividades municipais: nove alterações orçamentais e uma revisão orçamental;
- Plano plurianual de investimentos: nove alterações orçamentais e uma revisão orçamental.

O saldo da gerência anterior foi ainda integrado no Orçamento.

#### B.5. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Indicadores orçamentais	30/06/2023	30/06/2022	Variação %
Grau de Execução Orçamental da receita	64%	66%	-2,32%
Grau de Execução Orçamental da despesa	37%	33%	13,09%
Saldo global	2 279 307	2 557 441	-10,88%
Saldo corrente	9 025 036	14 552 357	-37,98%
Saldo de capital	-10 726 508	-10 336 001	-3,78%
Saldo primário	-1 241 685	4 662 084	-126,63%

De forma genérica, comparativamente ao primeiro semestre de 2022, verifica-se um decréscimo nos indicadores orçamentais.

#### C. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita



corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Em 30 de junho de 2023 o município cumpria o referido limite.

#### D. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O *Município*, enquanto Entidade adjudicante ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos (CCP), está obrigado ao cumprimento do Código em matéria de contratação pública, designadamente, na aquisição de bens e serviços e nas empreitadas e obras públicas.

Procedemos à análise duma amostra de procedimentos de contratação adjudicados no exercício. Desta análise nada temos a referir.

#### E. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas determina (artigo 9º) a existência de um sistema de controlo interno que deve *“englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável.”*

Realçamos, neste âmbito, que se mantém em vigor o ponto 2.9 do POCAL, relativo ao sistema de controlo interno, o qual reveste carácter obrigatório, sendo recomendável a atualização do SCI da Entidade, em conformidade com as disposições em vigor.

O sistema de controlo interno da Entidade deve incluir controlos preventivos, detetivos, e corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e branqueamento de capitais.

Decorrente do trabalho efetuado verificámos que o manual de controlo interno deverá ser revisto e atualizado por forma a fazer face às necessidades atuais da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

Ainda nos termos da legislação referida no parágrafo anterior, a Entidade adotou e implementou um programa de cumprimento normativo o qual inclui, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, e um canal de denúncias. Na presente data, está em curso a implementação do programa de formação.



Recomenda-se que seja implementado um processo de monitorização com a apresentação de um plano de auditoria, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Entidade.

#### F. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 – Contabilidade de Gestão, veio aumentar a exigência das divulgações relacionadas com o sistema de contabilidade de custos.

Não obstante o facto de a Entidade apresentar algumas divulgações, verificamos que não foram incluídas no relatório de gestão de 2022 as divulgações sugeridas nos pontos 34 e 37 da referida norma.

Nestas circunstâncias, recomendamos que seja complementado o atual sistema de contabilidade de gestão, conforme preconizado na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Esta deve permitir a obtenção de mapas de informação indicando o custo direto e indireto, com o respetivo rendimento associado (quando aplicável) por cada bem produzido ou serviço prestado, por cada função, unidade ou departamento ou atividade e por cada bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, conforme previsto no parágrafo 37 da referida NCP.

#### G. ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EVIDENCIADAS NA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Tendo como base o trabalho de auditoria realizado às contas do primeiro semestre de 2023 do *Município*, apresentamos resumidamente as conclusões relativas ao acompanhamento das situações apresentadas na Certificação Legal das Contas referente ao ano de 2022:

Reservas	Situação em 2023
<p>Conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, não foi ainda concluído o levantamento dos bens de domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis em curso do Município de Leiria, não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das depreciações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes depreciações. A nota 5 não inclui as divulgações obrigatórias decorrentes da transição do normativo contabilístico.</p>	<p>Fomos informados pelos Serviços que está em curso o levantamento cadastral de prédios e da implantação do edificado.</p>



Reservas	Situação em 2023
<p>Conforme referido nas notas 1 e 4 do anexo, a Entidade identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 - Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Os Serviços encontram-se a diligenciar no sentido de obter as informações necessárias para o cumprimento das exigências da NCP4.</p>
<p>À data do presente relatório não foram elaboradas reconciliações bancárias de três contas à ordem de duas instituições financeiras com quem a entidade trabalha, incluídas na rubrica de Caixa e depósitos, não nos sendo possível concluir em que medida a elaboração desta informação poderia afetar as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022, pelo que não podemos confirmar a existência de responsabilidades e ou contingências não evidenciadas nas contas.</p>	<p>Os Serviços estão empenhados em suprir esta insuficiência no decurso do presente exercício.</p>

Entendemos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

#### H. RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se aos Serviços a adoção das seguintes medidas:

- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise e inventariação do património dos bens do imobilizado do Município e ao seu correto registo informático, de forma a determinar os valores patrimoniais atualizados para posterior contabilização. Após este procedimento, devem ser atualizadas as depreciações de todos os bens e respetivas imputações de subsídios;
- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise relacionados com a aplicação na sua plenitude a NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços: Concedente;
- Deve ser dada continuidade aos trabalhos de adaptação à NCP 27 - Contabilidade de Gestão;

- Deverá ser revisto e atualizado o manual de controlo interno por forma a fazer face às necessidades atuais da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção;
- Deve a Entidade implementar um programa de formação.

#### NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do *Município*, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 25 de setembro de 2023

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por



Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056,  
Registado na CMVM sob o nº 20160668